



ATA DA QUINTA REUNIÃO VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM – PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às treze horas e seis minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores Celso Giannazi (PSOL), Cris Monteiro (Novo) e Eduardo Suplicy (PT). Estiveram presentes as seguintes entidades: SEDIN, SINDSEP, APROFEM, SINESP, SINPRO, COMUSAN, Movimento Famílias pela Vida, SINPEEM, FPEI e MOVA. O Vereador Eliseu Gabriel iniciou a reunião informando que foi enviado convite para um representante da Secretaria Municipal de Educação (SME) e da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), para participarem da reunião e prestarem esclarecimentos sobre o atual quadro da pandemia na cidade e a abertura das escolas. Cumprimentou a convidada Doutora Selma Anequini Costa, da Divisão de Vigilância Epidemiológica - DVE da Coordenadoria de Vigilância em Saúde – COVISA, os demais participantes e lamentou o não comparecimento do convidado de SME. Em seguida passou a palavra à convidada. Inicialmente a especialista apresentou o panorama dos dados epidemiológicos, os quais mostraram que a cidade concentra um alto índice de infectados pela Covid-19. Em março de 2021 o pico foi maior comparado a março de 2020, para cada 100 mil habitantes foi o dobro de coeficiente de incidência, e ainda há um grande número de internações. O que preocupa é a chegada de novas variantes, principalmente da variante indiana, que já se mostrou mais transmissível do que as outras cepas. Em seguida os participantes fizeram alguns questionamentos que se deram em torno da abertura das escolas com o alto índice de casos da Covid19, e os protocolos para fechamentos das Unidades Escolares quando surgem casos suspeitos ou confirmados, que diferem em cada região, dificuldade de acesso do direito dos profissionais da Educação à vacinação por conta da burocracia, apresentação de dados precisos dentre os servidores da educação em relação a testagem e número de casos confirmados. A Doutora Selma respondeu que o protocolo existe para ser aplicado de forma uniforme em todo território, sem discrepância e se não está sendo aplicado de



acordo com o exigido vai levar essa preocupação a nível gestor. Esclareceu ainda que não precisa haver a confirmação do caso para haver afastamento do aluno ou profissional de educação. "A gente não afasta apenas casos confirmados, afasta casos suspeitos", frisou. Elucidou que o inquérito sorológico revelou que a exposição ao vírus dos profissionais da Educação é semelhante ao da população em geral - 27% de prevalência no grupo Educação enquanto o do restante da população fica em torno de 30%. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros presentes e por mim subscrito.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

LISTA DE MÚLTIPLAS ASSINATURAS (PROTOCOLO REG-RC XQ46)

Autores

Ver. CRIS MONTEIRO (NOVO)

Ver. CELSO GIANNAZI (PSOL)

Ver. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT)

Ver. ELISEU GABRIEL (PSB)

Outra Assinatura

RAFAEL ROBLES GODOI